

A MANIPULAÇÃO DOS DESEJOS PELA CONSTRUÇÃO DE IMAGENS

Marta Gouveia de Oliveira Rovai*

A obra de Alcyr Lenharo, *A sacralização da política*, é fruto de uma preocupação comum aos anos 80: compreender a ambigüidade do início da redemocratização no Brasil, permeada pelo continuísmo de práticas autoritárias, a que o autor se refere como “procedimentos fascistas reelaborados”.

Surge da percepção, por parte do mesmo, de que muitas imagens, idéias e discursos, componentes do Estado Novo, perduraram na experiência ditatorial, e permaneceram mesmo após ela ter findado. É o que ele chama de “fazer democracia por vias não democráticas”.

Para compreender melhor a continuidade desses elementos, percorre o caminho da sua construção no período de 1937-45, e as práticas que levaram à incorporação deles pelos indivíduos.

Num momento em que a maior parte da produção historiográfica sobre o regime Vargas, nas décadas de 30 e 40, está voltada à discussão sobre seu caráter – totalitário, autoritário, fascista, populista – este trabalho insere-se na polêmica e inova, apontando para além da repressão do Estado.

Os resquícios da ditadura – que mutilou tantos desejos – leva-o a percorrer os caminhos das relações de trabalho, mas também dos micropoderes, resgatando as imagens produzidas pelas ações e falas, projetos que levam à intolerância.

Assim, embora a luta de classes esteja presente em sua discussão, o autor procura reconstituir muito mais as práticas que levaram à miséria do desejo, produzindo, adestrando, moldando os sujeitos.

O olhar recai sobre o processo através do qual se tentou produzir um consenso em torno de representações sobre o Estado, despolitizando os indivíduos, pelo uso da má-

* Mestranda em História Social, PUC-SP.

quina de propaganda – de forte influência nazista – atingindo o público de forma a estimular a passividade, a satisfação, excluindo qualquer tipo de reflexão pelo envolvimento ilusório de participação das massas.

Para isso, o Estado Novo – matriz fascizante, segundo Lenharo – utiliza de duas idéias, que são o eixo principal dos capítulos: a religião cristã, cujo imaginário está arraigado no cotidiano brasileiro, e a imagem de corpo orgânico, coletivo, harmonioso para a definição de sociedade.

Essas duas imagens vão se mesclando nos discursos políticos, esportistas, médicos, eugenistas, mas principalmente na produção do Estado, que se funde à figura do corpo místico de Cristo, se sacraliza, de modo a diluir os conflitos sociais, dentro de uma visão única de povo e nação. Esta última entendida como “corpo-Uno”, utilizando o conceito de Claude Lefort, pelo qual passam os valores de obediência, hierarquia e solidariedade.

O reordenamento da sociedade se dá pelo esvaziamento de desejos, criando-se outros; não apenas mais sob o olhar da repressão, mas pelo convite a cada um para participar da integração deste corpo/nação.

Pelo cruzamento dos micro e macropoderes, através da família, da escola, da fábrica, da igreja ou do lazer, Alcyr vai recuperando uma dimensão que até meados dos anos 80 ainda era pouco trabalhada no Brasil: a percepção da cultura entendida como campo de luta. É esta visão de cultura como espaço de dominação e embates – pois os símbolos vão tomando caráter de domínio pela figuração da religiosidade e organicidade – que permite ao Estado Novo lançar mão de signos para justificar sua força e produzir certo consenso, embora aparente e artificial.

A nação é apresentada como um grande corpo, no qual grupos, indivíduos, classes, vão se identificando pela colaboração e submissão, criando-se inimigos contra os quais se produz a união, a neutralização das tensões. Ela é a grande família, pela qual se justifica qualquer autoridade, protegida pelo chefe, guia, “pai” – Getúlio Vargas – cuja figura vai se tornando cada vez mais pública e comum em campanhas e espaços comunitários.

A “Marcha para o Oeste”, defendida por Cassiano Ricardo, intelectual e um dos diretores do DEIP paulista, é a mitificação do passado desta nação e de seu futuro, pois é através da unificação do território, do encontro do sertão com o litoral, que é possível reforçar a integração deste corpo, desta família. Reforça-se o símbolo da expansão, que a todos vai integrando numa só alma, e que requer disciplina, entrega.

Segundo Alcyr Lenharo, há um esmagamento de cada indivíduo no objeto abstrato da pátria, em que a vontade passa a ser uma só, devendo todos confluir para um “narcisismo coletivo”, próprio do nazismo.

A criação do inimigo na figura do estrangeiro (o japonês, em especial) procura produzir uma identificação pela sensibilidade e do que é “ser brasileiro”, pela negação do “outro”, o que é uma tática fascizante para controlar as diferenças sociais, ocultadas na representação da marcha, sob a autoridade de um líder.

Esta unificação orgânica, na qual cada um deve ter um espaço e um papel a cumprir, requer uma pedagogia para produzir corpos, indivíduos militarizados e produtivos, moldados dentro de um espírito nacional, coletivo. Para isso, o pensamento católico, matriz fascista de ordenamento social, será apropriado pelo Estado, desenvolvendo o sentimento de culpa, a espiritualização do corpo e a canalização das vontades para a conservação da ordem.

A idéia não é apenas agir sobre o corpo, mas incorporar valores a eles, de forma que este seja um multiplicador do aprimoramento da raça, da eugenia, aumentando a responsabilidade de cada sujeito sobre uma nova moralidade.

Lenharo procura mostrar como a legislação trabalhista (baseada na Carta de Lavoro italiana), os discursos de Vargas e os programas nas fábricas procuram docilizar e despolitizar os trabalhadores, colocando cada um como responsável pela produção durante a guerra, provocando a culpa diante da pátria, diluindo o caráter classista na positividade e dignificação.

O ideário religioso de um novo homem atribui ao trabalhador uma vergonha ao não produzir, pois este passa a valer pelo seu trabalho. Acaba-se com a subjetividade, isolam-se seus desejos, em nome da moral, da dignidade, aliadas ao apelo de ordem, rapidez e racionalidade do taylorismo, ampliando-se para a família, os clubes de recreação, o escotismo e o esporte.

A imagem do trabalhador adestrado, regenerado, com vergonha do seu não asseio é o novo perfil necessário à nação que se organiza, se integra, se encontra.

É a militarização dos indivíduos, modelo do homem nazista (trabalhador, esportista e soldado), sendo que cada cidadão de corpo disciplinado deve verter o seu sangue para a salvação do corpo maior, que é a pátria.

O autor lembra os discursos de alguns intelectuais deste período, recaindo especial atenção sobre Francisco Campos, que colabora para este ideal de nação. O valor supremo, segundo ele, não é o homem isolado, mas a nação, divinamente constituída, uma força maior, a vontade, à qual cada pessoa deve se submeter.

É a teologização da política, pela qual os sujeitos são integrados pela irracionalidade, tática para frear e enfraquecer a massa, ao mesmo tempo em que se apropria de sua energia para formar o espetáculo da redenção. E temos, como modelo para esta análise, novamente o nazismo.

O aparato litúrgico vai sendo contrabandeado para a política: é preciso manter o sangue puro da nação, contra as “doenças”, os inimigos. É preciso espiritualizar o espaço social, aliando-se à organicidade racional para que a pátria seja construída. O Estado é o guia, a cabeça pensante, do qual os demais membros necessitam para se orientar.

Assim, o discurso do poder caminha para dentro de símbolos familiares ao discurso cristão (líder, fé, culto ao amor e à pátria, hierarquia, submissão) para criar um novo desejo que substitua o rancor, a autonomia dos indivíduos, a reflexão, escamoteando a exploração pela idéia de unidade, para a qual cada um deve contribuir com o seu sacrifício, o seu sangue.

Alcyr Lenharo demonstra como o discurso totalitário opera com a representação da ordem natural, absoluta e inquestionável, e como para isso é preciso um outro poder, considerado absoluto e sobrenatural, na figura do cristianismo.

No entanto, ao apelar para o recurso da fé, da confiança, do emocional, este mesmo poder não consegue impedir que se produza o seu contrário, já que caminha pelas vias da paixão: a dúvida, a incerteza.

Ao ser questionado, as artimanhas totalitárias revelam seu absurdo, sua mentira (como o Estado Novo foi construído, segundo ele) e daí, mesmo uma estratégia que utilize da dimensão do simbólico, dos sentidos, abre espaço para uma desmontagem desse mecanismo que se pretende absoluto. E este caminho é o percorrido por esse trabalho, de forma brilhante.

Nota-se, porém, que a preocupação com a “sacralização da política” restringe-o a um tipo de discurso sem diferenciar falas e práticas, a partir do Estado que, embora em certos aspectos possam ter um certo consenso (se é que o produziram), não podem ser entendidas como homogêneas, únicas.

As comparações constantes com o nazismo permeiam toda a discussão, ao tentar compreender as representações criadas no Estado Novo, o que traz uma leitura quase que homogênea sobre contextos que, embora tenham alguns pontos em comum, diferenciam-se por vários motivos: a não mobilização das massas, a ausência de um partido único e a formação de um movimento político de integração das massas, apesar do aparato religioso, no caso do Brasil.

Ao terminarmos a leitura da obra, temos idéia do que seja um dos aspectos do panorama nas décadas de 30 e 40, diluído em sua discussão, mostrando como as idéias se constroem concretamente, assim como o poder, nas estratégias do Estado. Revela os sujeitos que conduzem as práticas na tentativa da “sacralização”.

No entanto, tem-se a impressão de que se fala de um projeto monolítico, que permeou todas os discursos de seus representantes, quando podemos observar também um embate, uma disputa entre propostas que não caminham, necessariamente, para o viés do totalitarismo.

Podemos considerar que haja essa intenção por parte de um grupo da intelectualidade, como Francisco Campos ou Gustavo Barroso, mas não que ela reflita uma doutrina oficial e única, com elementos claros a todos os pensadores ligados ao governo Vargas.

Não se mostram as tensões que se forjam a partir do próprio Estado, os projetos desqualificados, sobrepostos no campo de força dele. Assim também como não fica clara teoricamente a distinção ou o que se está entendendo pelos contextos diferenciados – nazismo, fascismo e Estado Novo – levando-nos a realizar uma leitura igual dos mesmos.

A mesma preocupação que Lenharo tem em destacar alguns pontos em comum – e o faz por vias antes não pensadas – deveriam também recair sobre as diferenças, a especificidade e as reelaborações no Brasil.

No entanto, é preciso entendê-lo vivenciando e elaborando suas preocupações dentro de um contexto recém-saído da ditadura militar, o que limita seu olhar sobre as continuidades “fascistas”, exagerando, talvez, a visão sobre o “Estado todo-poderoso” nas décadas de 30 e 40.

O grande valor e ineditismo de “A Sacralização da Política” é a capacidade de incluir-se em meio à polêmica sobre este período tão controverso que é o Estado Novo, e que não se conclui porque os problemas do presente sempre redirecionam o nosso olhar sobre o passado. E, incluindo-se nela, ser possível *extrair imagens de discursos*, para compreender o processo pelo qual vão sendo constituídos os indivíduos.

Ao recuperar uma dimensão do real, que são os símbolos, a subjetividade, a produção de vontades, diferencia-se dos trabalhos produzidos no contexto dos anos 80 e abre um leque de possibilidades que, resgatando o espaço da cultura como campo de luta, de dominação, percebe a face aparentemente invisível do poder, que economiza os custos da repressão e da coerção física.

Esta é a grande contribuição de Alcyr Lenharo para os trabalhos que propõem pensar a dimensão dos sujeitos, resgatando os conflitos de classe para além do econômico e do político, sem negá-los, mas em seu cruzar com as representações.